

INFLUÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DOS ESCRITOS DE A GRAMÁTICA DE PORT-ROYAL NA ANÁLISE DE DISCURSO PECHEUTIANA

Hélder Sousa Santos¹

Resumo: Este ensaio se propõe a discutir e analisar alguns princípios lógico-filosóficos presentes em a *Gramática de Port-Royal* (2001), os quais M. Pêcheux (1995), certamente, lançou mão para problematizar sua teoria do discurso (a AD). Nosso olhar, então, parte de premissas filosóficas, em certa medida², em direção a questões caras ao empreendimento pecheutiano: o *sentido* e o *sujeito* (ambos articulados ao discurso).

Palavras-Chave: Análise de Discurso francesa. Epistemologia. *Gramática de Port-Royal* (2001).

Influences and contributions from the writings of *Port-Royal Grammar* in discourse analysis pecheutiana

Abstract: This essay aims to discuss and analyze some logical and philosophical principles present in the *Port-Royal Grammar* (2001), which M. Pêcheux (1995), certainly, resorted to discuss his theory of discourse (AD). Our gaze, then, part of philosophical assumptions, in some extent, toward some significant issues to the enterprise pecheutiano: *the sense* and *the subject* (both articulated to discourse).

Keywords: French Discourse Analysis approach. Epistemology. *Port-Royal Grammar* (2001).

Lançar olhares para a maneira como foi construída uma dada teoria e tentar (re)interpretá-la enquanto tal pode parecer uma tarefa um tanto perspicaz àqueles que se propõem a isso. No entanto, o esforçar-se por estar mais próximo de circunstância(s) em que um pesquisador/estudioso vem/veio a conceber certo objeto (seu) de estudo – procurando neste algumas de suas especificidades teóricas que o balizam – é que nos faz, sem dúvida, enxergá-lo, por vezes, diferentemente da maneira como se ousa por aí enunciá-lo.

É nesse sentido, então, que, o presente estudo se orienta. Ele se coloca em um constante movimento de investigação diante daquilo que, também, fez triscar as teses do estudioso de Análise de Discurso (AD), M. Pêcheux: *A gramática de Port-Royal* (2001). Sendo assim, temos como foco (re)visitar alguns desses lugares teóricos que esse estudioso da linguagem, durante seu projeto de fundação da ambiciosa teoria do discurso dos anos 60 da segunda metade do século XX, (re)significou. Com efeito, para que compreendamos (um pouco) *como* Pêcheux construiu o que se nomeia de AD,

¹ Mestrando em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: helder_sousa@terra.com.br

² Afirmamos ser “em certa medida” nossas discussões de cunho filosófico, pois alguns dos conceitos da filosofia que estamos sempre aduzido são frutos de enunciações que recortamos das aulas do Prof. Dr. João Bosco Cabral dos Santos (UFU), quando, no primeiro semestre letivo de 2009, ministrou para nós, alunos do mestrado, a disciplina *Tópicos em estudos discursivos I – Introdução à Fundamentação Filosófica da Análise de discurso francesa*.

já de começo, vale lembrar que haveremos de trazer parte de suas principais articulações teóricas (pre)concebidas – estas conduzidas sob facetas lógico-linguístico e filosófica (esta última, de maneira bem geral, será aqui percebida a partir de passagens da obra pecheutiana, *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (PÊCHEUX, 1995), exemplarmente nas primeiras partes de seu primeiro capítulo (PÊCHEUX, pp. 41-63), em que se faz possível discutir e analisar certas extensões epistemológicas (deslocamentos) realizadas/os por Pêcheux e ressignificadas/os por ele a partir do crivo lógico da Gramática de Port-Royal (ARNAULD, A. & LANCELOT, C, 2001).

Antes de iniciarmos uma exposição cuidadosa desses deslocamentos praticados por M. Pêcheux – deslocamentos esses que se ajustaram às bases do que seria sua teoria para o discurso – precisamos remontar certos acontecimentos, ainda que brevemente, do contexto sócio-histórico-ideológico no qual M. Pêcheux esteve, mais tarde, durante sua vida, circunscrito. Isto, certamente, afeta nosso modo refletir acerca das condições em que uma teoria, em especial, a de autores da *Gramática de Port-Royal* (idem), pode ter sido lida pelo estudioso de linguagem M. Pêcheux.

No que tange, então, esse contexto sócio-histórico-ideológico, temos que ressaltar que, desde a fundação da linguística, na Europa, no início do século XX – com a publicação, em 1916, do Curso de Linguística geral (CLG), de Saussure, até o início dos anos 60 (momento em que os trabalhos estruturalistas, exaltando a famosa dicotomia saussuriana *langue/parole* (língua/fala), começaram a ser questionados, sobretudo com a proposta discursiva de M. Pêcheux, cujo foco era o discurso) – reinou nos terrenos da pesquisa linguística certa tendência epistemológica positivista, ocupada em caracterizar/determinar limites, fronteiras “seguros/as” para os saberes acerca da matéria linguagem. Isso, por exemplo, pode ser notado em trabalhos de Chomsky, nos anos 40/50 do século passado – em *Linguística Cartesiana*, 1972 – exemplarmente em sua teoria gerativa³ da linguagem, a qual deu início a pesquisas que se dedicaram exaustivamente à produção de um aparato teórico-metodológico, cujo objetivo disso esteve em corroborar a tese chomskyana da criatividade do falante na língua (criatividade essa que era admirada enquanto algo inato a todo falante). Também, nessa mesma esteira de trabalhos positivistas que perdurou em tempos de estudos de Chomsky, o linguista Bloomfield (1950), nos EUA, esforçou-se por

³ Resumidamente, temos a dizer que a teoria gerativa de Chomsky representou, nos anos 1940/50, uma tentativa de formalizar fatos da língua(gem), sob um crivo matemático desejoso por explicitar propriedades formais das línguas.

representar um desenho teórico exibindo como a linguagem é (pode ser) produzida: dada uma situação, um estímulo externo induz a comportamentos linguísticos, explicava Bloomfield. Vale aqui reforçar que tanto Chomsky, quanto Bloomfield estiveram, de diferentes modos, a descrever a estrutura⁴ da língua, fato que, na segunda metade do século XX (anos 60), começou a ser questionado, já que nessas incipientes tentativas de descrever o objeto língua, ações assim se limitavam ao linguístico somente – àquilo que era da ordem exterior, que parecia perturbar a estabilidade das descrições então feitas, era deixado à margem dos trabalhos no âmbito da língua(gem), fato que, sem dúvida, não deixou de ser percebido por M. Pêcheux.

Embora tenha nascido um pouco mais tarde (1938), Pêcheux, linguista francês, não esteve livre dessa conjuntura de acontecimentos recordada há pouco. Os anos 60, período relevante nos trabalhos intelectuais pecheutianos (época de tensões na França), marcou nova fase para os estudos linguísticos. Há literaturas que se arriscam em afirmar que as ideias pecheutianas (para o que ele cunhou de AD) surgiram como ação contrária às tendências estruturalista e gerativista; tendências essas que marcaram os estudos com a língua(gem) em período anterior a 1960 – isso é enunciado em tais literaturas como se Pêcheux não tivesse entrado em contato com essas correntes. Quanto a esse fato, diríamos que Pêcheux soube reconhecer os méritos das grandes tendências positivistas (o Estruturalismo europeu e o Gerativismo iniciado em Chomsky), tanto que ele vai à Chomsky, quando esteve – isso na primeira fase de constituição da AD, fase essa em que os empreendimentos de Pêcheux se mostram voltados para “a ideia de uma álgebra discursiva capaz de explicar, formalmente, a estrutura geradora dos processos discursivos” (MUSSALIM, 2005, p. 71) – interessado em mostrar que há uma base material (geradora de estruturas infinitas), por meio da qual seria possível passar da língua para o discurso.

Além de ir às teses chomskianas a fim de arranjar explicações para o que lhe interessava (os aspectos social e histórico dos dizeres), Pêcheux foi ao encontro de proposições levantadas pelos autores da gramática de Port-Royal (a primeira edição consta de 1660) – obra essa que não se limitou em teorizar somente no nível frasal aquilo que enunciados procuram representar, mas abrindo brechas para o que mais tarde seria melhormente reconhecido, o discurso. Aqui, cabe ressaltar que Chomsky,

⁴ É sempre útil lembrar que, no CLG, Saussure não emprega o nome “estrutura” ao descrever seu objeto de estudo, a língua. Para ele, a língua é “sistema de signos”; em nosso caso, estamos tomando ambos os termos (“estrutura” e “sistema”) como equivalentes, apenas enquanto forma de nos referir à pesquisa linguística estruturalista, que foi bastante enfatizada no início do século XX.

quando esteve a compor sua obra *Linguística Cartesiana* (1972), também, assim como mostraremos o mesmo movimento em Pêcheux (1995), fez uma incursão até as teorias de a *Gramática de Port-Royal*, para explicar os conceitos de *Estrutura superficial* (ES) e de *Estrutura profunda* (EP); conceitos esses que foram (re)interpretados para a proposta chomskyana que visava a investigar a relação linguagem e pensamento.

Analisando brevemente o prefácio elaborado por M. Foucault (1994), já na primeira edição do texto da *Gramática de Port-Royal* ou *Gramática Geral e Razoada* (de Arnauld e Lancelot), especialmente nas páginas 732-752, encontramos algumas afirmações foucaultianas que versam sobre um *modo-outro* que os autores de tal gramática assumiram para tratar dos fatos da lingua(gem). Pelas observações de Foucault (1994) feitas nesse prefácio, fica patente o quanto os autores de a *Gramática de Port-Royal* inovavam com relação a outros trabalhos (da época) de lingua(gem), sobretudo no que tange as formas de conceber questões referentes às línguas e seu ensino – algo, pois, diferente das gramáticas particulares que havia até então, já que estas se restringiam em formular regras a partir de comparações sistemáticas entre línguas, como, por exemplo, entre o francês, o grego, o latim, etc. Em a *Gramática de Port-Royal*, se fala, por exemplo, em mudanças nos segmentos de ensino: “a gramática geral, ao contrário das outras gramáticas, é mais que um julgamento da linguagem, fato que não a reduz à análise sistemática de um objeto específico no caso de linguagens em geral” (FOULCAULT, 1994, p. 739, tradução nossa).

Assim sendo, a abordagem que essa gramática vinha fixar (no século XVII), enquanto proposta de ensino, abarcava questões de lingua(gem) acerca de usos que falantes fazem de uma língua – seria, conforme os autores expõem logo abaixo do título da obra (na própria capa): uma obra “contendo os fundamentos da arte de falar, explicados de modo claro e natural; razões daquilo que é comum a todas as línguas e das principais diferenças ali encontradas, etc.”. Outra razão que Foucault (idem, cf, p. 742) nos dá quanto aos feitos de a *Gramática de Port-Royal* terem significado uma transformação para o ensino de línguas está no fato de tal gramática ser um texto cuja preocupação de seus autores esteve a todo o momento para *o modo como as palavras significam* (há uma configuração singular que elas assumem numa dada materialidade linguística, não se tratando, pois, de uma coisa sendo significada por uma dada palavra).

Como se vê nessas breves referências, a *Gramática de Port-Royal* se abre para um modo-outro de descrever os usos de uma língua. É, certamente, por isso, então, que as descrições (e as propostas) que Arnauld e Lancelot (seus autores) produziram acerca da matéria língua(gem) interessaram tanto a Pêcheux; uma vez que ele precisava se satisfazer diante argumentos que o levassem diretamente àquilo que era problema para sua árdua empreitada: a passagem da problemática da língua (sistemizada em momentos de estruturalismo vigente/primeira metade do século XX) para o discurso. Se são novas formas, formas-outras de se servir das palavras para gerar sentidos, comentam isso (várias vezes) os autores da Gramática de Port-Royal, por que, então, se manter inerte a esse lado esplêndido da língua(gem), e continuar a seguir a ideia de que a língua é autônoma, fechada em si e indiferente a exterioridades do tipo sujeito e sentido?

Para Pêcheux, estava na abordagem dessa gramática a possibilidade de refletir sobre a função singular (papel/uso) que as palavras apresentam quando enunciadas. Quanto a isso, exclusivamente em *Semântica e discurso* (idem), encontramos respaldo teórico para conduzirmos uma melhor reflexão que, também, se coaduna a princípios filosóficos, como o da *determinação*⁵ (princípio esse que nos serve de ponto específico para começarmos nossas discussões acerca daquilo que Pêcheux pinça de a *Gramática de Port-Royal* para construir sua teoria do discurso). A fim de perscrutar esse princípio (e de testá-lo), Pêcheux (1995) busca em Arnauld e Lancelot explicações (exemplificações) que esses autores de a *Gramática de Port-Royal* arrolam sobre o acontecimento do pronome relativo. Acerca de tal pronome, analisado a partir de proposições relativas explicativas (apositivas) e determinativas (restritivas)⁶, M. Pêcheux comenta que ele tem “algo próprio” (PÊCHEUX, 1995, p.42), podendo ser pensado de duas formas:

(...) a primeira, a de que ele sempre se relaciona com um outro nome ou pronome que chamamos antecedente (...). A segunda coisa que o relativo tem de próprio, (...) é que a proposição na qual ele entra (que podemos chamar de incidente) pode fazer parte do sujeito ou do

⁵ Elemento filosófico, em Pêcheux, trazido para fundar a noção de sentido. Quanto a tal elemento, limitamo-lo a ideia de ser aquilo que é fundante (o que é necessário/ o que é próprio) à subjetivação durante os processos de produção de sentidos.

⁶ Sobre tais proposições (explicativas e determinativas), julgamos necessário destacar que Arnauld & Lancelot consideram o uso do pronome relativo (em enunciados) como sendo um meio de o sujeito de/da linguagem expandir ou restringir significados. Por permitir isso ao sujeito (sujeito que em a *Gramática de Port-Royal* está para o “*ser que pensa*”), o pronome relativo indicou para Arnauld & Lancelot uma brecha para dizerem que há sujeito nas palavras.

atributo de uma outra proposição (...) (ARNAULD; LANCELOT, apud PÊCHEUX, 1995, p. 43).

Sendo assim, notamos que Arnauld & Lancelot, implicitamente, aludem ao princípio filosófico da *determinação*, acerca do qual o próprio Pêcheux argumenta (PÊCHEUX, 1995, p. 43). Se buscarmos nos próprios exemplos – “Deus que é Santo” e “Deus invisível criou o mundo visível” –, que Pêcheux (idem) nos apresenta (nessa mesma página da citação anterior e na página seguinte de *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, 1995, p. 44), notaremos certas proximidades teóricas entre as formulações pecheutianas (a *determinação* enquanto necessidade de *substância*⁷), tentando compreendê-los (os exemplos), e as de Arnauld & Lancelot. Vejamos isso pela via dos termos *antecedente* e *incidente*, ambos retirados por Pêcheux de escritos da *Gramática de Port-Royal*.

Em “Deus que é Santo”, a noção de *antecedente* – que está vinculada a dois grandes conceitos em *Análise do Discurso*, o de *pré-construído* e o de *já-dito* – está para a maneira com que o pronome relativo se liga, relacionando-se com a historicidade do nome “Deus”. Já em “Deus invisível criou o mundo visível” (uma complexa proposição composta de diferentes julgamentos) notamos que outros sentidos são postos em função da *necessidade de explicação* de quem declara algo desse tipo; sendo assim, certa *determinação* atua em tal proposição enquanto manifestação de uma *substância*; daí podermos associar tal fato ao termo *incidente*, utilizado por Arnauld & Lancelot, que (re)significa a proposição “Deus invisível (...)”, orientando-nos a diferentes sentido(s), por exemplo, que “Deus, que é invisível, criou o mundo, que é visível”.

Tendo em vista, então, essa primeira adjacência de ideias entre o que em a *Gramática de Port-Royal* nos é apresentado e o que Pêcheux dela retoma, ressaltamos que esse estudioso, em alguns momentos de suas produções teóricas, se distancia do pensamento dos autores dessa gramática. Notemos, na citação abaixo, por exemplo, que as problematizações de Arnauld & Lancelot, ao examinarem as concepções filosóficas de *substância* e de *acidente*, estão bem distantes das que Pêcheux nos traz, sobretudo no que tange o conceito de *determinação* que as teorizações pecheutianas

⁷ A noção de substância, em filosofia, está, de modo geral, para aquilo que é próprio do sentido e que subsiste por si mesmo, sendo, pois, algo que está historicamente constituído. Pêcheux traz esse conceito para a AD, enquanto substrato semântico para compreender a própria noção de sentido.

tanto insistem (de)mo(n)strar. Sendo assim, os autores de a *Gramática de Port-Royal* enunciam que:

(...) Existe diferença entre as coisas e as substâncias, e a maneira das coisas ou dos acidentes: as substâncias subsistem por elas mesmas enquanto os acidentes só existem pelas substâncias. É isso que fez a principal diferença entre as palavras que significam os objetos dos pensamentos (...)(...) substância é aquilo que subsiste por si mesmo, (...) ainda que signifiquem acidentes (...)(ARNAULD; LANCELOT, 2001, p. 32-33)

Dessa forma, se em Pêcheux o conceito de *determinação* (elemento que se realiza devido a uma necessidade de *substância*, ou seja, devido a uma busca do sujeito que enuncia algo) está para aquilo que parece caracterizar o sujeito individualmente e que, por sua vez, está ligado à *substância*, essa mesma identificação não se dá de acordo com Arnauld & Lancelot (ARNAULD; LANCELOT, 2001, p. 32-33), posto que é o fato de esses autores se colocarem a diferenciar *coisas*, *substâncias* e *acidentes*, possivelmente, que os permite outorgar às *substâncias* a condição, caso assim venha se fazer, de possuir existência própria – diferente de Pêcheux, que coloca a *determinação* na relação com as *substâncias*. Outra diferença verificada nas formulações do trabalho pecheutiano (distinto de Arnauld & Lancelot) está para o modo com que Pêcheux pensa as *coisas/objetos* – quanto a esses, contrário ao que consta na citação acima dos autores de a *Gramática de Port-Royal*, é levantada a hipótese de que podem virtualmente funcionar como *substâncias*, contanto que tenham uma *meta* (representada pela pontualidade de significação de um dado objeto discursivo no interior de uma enunciação), um *propósito* (aquilo que é próprio da natureza da interpelação pela qual o objeto diz algo à instância sujeito que o ressignifica) e uma *adequação histórica* (o devir de uma significação representada pela instância sujeito que venha produzir sentido(s))⁸

Voltando aos propósitos do presente artigo (analisar teorizações pecheutianas que retomam as descrições de a *Gramática de Port-Royal*), é possível pensarmos isso a partir de um comentário que Arnauld & Lancelot nos apresentam, quando se fazem ocupados com noções do tipo: *nomeação* e *representação*. Tais autores comentam que:

Temos dois tipos de ideias: o primeiro representa para nós apenas uma coisa singular, (...). O segundo (...) representa muitos semelhantes, aos quais essa mesma ideia pode convir, (...). Isso acontece acidentalmente, porque vários adotam um mesmo nome; é

⁸ Ressaltamos que as noções de *meta*, de *propósito* e de *adequação histórica*, empregadas por Pêcheux (1995), são resultantes de incursões realizadas por tal estudioso de língua(gem) nos domínios teóricos da filosofia.

preciso então acrescentar outros nomes que o determinem e lhe restituam a qualidade de nomes próprios (...) nem é necessário acrescentar nada, porque as circunstâncias do discurso indicam (...) de quem se fala (...) (ARNAULD; LANCELOT, 2001, p. 36).

Ora, se em Pêcheux a *determinação* é o elemento que impulsiona uma interpelação à instância sujeito, algumas consequências advém disso. Atentos à citação acima, torna-se possível flagrar em Arnauld & Lancelot uma consistente caracterização do que seja a *nomeação* (esta foi estendida⁹ por Pêcheux como sendo um processo de *determinação*) e a *representação*. A atitude de nomear (*nomeação*), assim, está para um fazer revelar um significado daquilo que é singular à coisa nomeada (isso, com certeza, foi o que levou Pêcheux a buscar em a *Gramática de Port-Royal* explicações quanto ao que é próprio da configuração dos nomes¹⁰); com efeito, as representações que podem ser estruturadas por meio desses mesmos nomes podem ser, por exemplo, construções de significados modificando *antecedentes*. Sob essas condições, é possível enxergarmos os conceitos pecheutianos da *determinação* e da *explicação* como sendo extensões do princípio de *nomeação*, que são próprias da linguagem.

O que diríamos, então, acerca do processo de *nomeação* é que ele, em a *Gramática de Port-Royal*, está para, nos termos de Pêcheux, “um processo de determinação”, já que esta se estabelece e se manifesta por ocasião de uma *necessidade de substância*. É preciso lembrar que uma dada *determinação*, por si só, não é capaz de marcar o sujeito na materialidade da língua, uma vez que este, no trabalho de nomear, é que movimenta o mundo das *essências*¹¹. Isso, em uma relação explicativa (apositiva), ocorre diferentemente, porque passa existir sujeito – conforme Pêcheux (1995, p. 44), “a relação explicativa, (...), intervém como uma *incidência do pensamento* sobre a ordem das essências”.

Gostaríamos de chamar atenção, nesse momento, para a questão da *explicação*. Isso porque, se ela, como nos diz Pêcheux acima, está para algo que intervém enquanto uma *incidência do pensamento* sobre a ordem das essências, há nisso um investimento pecheutiano resultante de suas elucubrações sobre o sujeito e sobre o sentido que supostamente estariam derivando desse tipo de relação. Pêcheux nos alerta, então,

⁹ Estamos grafando “estendida” e não “estendida”, pois tal forma remete às extensões pecheutianas realizadas a partir de a *Gramática de Port-Royal*.

¹⁰ A respeito disso, reconhecemos que há nomeações singulares e nomeações não singulares, cada qual representando para nós um nome próprio ou um nome comum, respectivamente.

¹¹ Em filosofia, a noção de *essência*, de maneira geral, é tratada como sendo o elemento que impulsiona o ser na busca do conhecimento; há uma necessidade própria a todo sujeito de se inscrever em um dado dizer e não em outro. Essência, então, está para aquilo que toca o sujeito, interpelando-o.

sobre o uso do termo “incidente”, utilizado por Arnauld e Lancelot, que “deve ser reservado rigorosamente para o caso da explicação” (idem). Sobre a *explicação*, Pêcheux comenta, assim, que:

(...) a lógica (e a “teoria do conhecimento” que lhe corresponde) é o fundamento primeiro, e a “arte de falar” não tem outra finalidade senão a de se conformar às regras que a constituem, enquanto regras imanentes à própria ordem das essências. Nessa perspectiva, o bom uso da palavra é o de reconduzir o sujeito às verdades do mundo das essências, a “arte de falar” é constitutivamente uma pedagogia: a explicação torna-se assim aquilo pelo que se reabsorve o desencontro entre o meu pensamento e os seres aos quais meu discurso se refere (...) (PÊCHEUX, 1995, p. 45)

Dessa forma, referindo-se à *Gramática de Port-Royal*, Pêcheux soube acolher os propósitos lógico-filosóficos a que ela se vinculava. Como a estrutura racional universal das línguas, hipoteticamente, é algo dado, ao sujeito cabe, pois, usar bem as palavras, de tal forma que com isso ele venha a ter acesso aos seus significados. Disso resulta que, a *explicação* pode figurar como premissa para produção de sentidos, atuando, por conseguinte, na condição de aspecto fundador da noção de significação. Sobre isso, a propósito, Arnauld & Lancelot afirmam que

(...) as palavras são muitas vezes consideradas nas diversas relações que têm umas com as outras (...) A relação de uma coisa que pertence a outra, (...) à qual se denominou genitivo para expressar essa relação geral (...) se diversificou em muitas outras espécies, quanto às suas relações (...) Do todo para a parte: (...) Da parte para o todo: (...) Do sujeito para o acidente ou o atributo: (...) Do acidente para o sujeito: (...) Da causa eficiente para o efeito: (...) Do efeito para a causa: (...) Da causa final para o efeito: (...) Da matéria para o composto: (...) Do objeto para os atos de nossa alma: (...) Do possuidor para a coisa possuída: (...) Entre essas relações existem oposições e isso às vezes acarreta equívocos. (...) (...) que o genitivo servia para designar, a relação do nome próprio para o nome comum ou, o que é a mesma coisa, do indivíduo para a espécie, (...) Há ainda outra relação, que é da coisa em proveito ou prejuízo da qual se relacionam outras coisas. (...) (ARNAULD; LANCELOT, 2001, p. 42-48)

Em relação a essa longa citação, é pertinente assegurar que toda palavra — constantemente mantida sob tutela do sujeito, o qual a significa no uso que dela faz — está em constante processo de (re)significação, alterando, para isso, seu próprio significado, dada à configuração material do acontecimento enunciativo no qual ela se insere. Essa premissa, de certa forma, foi o que permitiu Pêcheux corroborar suas elaborações teóricas acerca da *determinação* e da *explicação*, uma vez que estas

funcionam como causas para questões pecheutianas do tipo: o sujeito, o sentido e, conseqüentemente, o discurso.

Certamente, foi a partir desses aspectos possíveis de serem constatados em toda materialidade linguística de uma língua que Pêcheux veio a reconhecer a importância dos postulados de a *Gramática de Port-Royal*. Para ele, decerto, a forma como são/estão dispostos sintaticamente os nomes em uma dada materialidade linguística pode engendrar significados-outros, que não aqueles “já esperados” por nós falantes; isso, claro, resulta em (e)feito(s)-outros (de sentido) do sujeito que toca a língua. Isso quer dizer, então, que uma configuração linguística não repousa no semblante do acaso; ela, ao contrário, é portadora de substâncias. Para o próprio Pêcheux, isso implica aceitar que há sujeito nas palavras e, também, que este não se exime ao discursivisá-las – fato assim que é ocasionado devido a *determinação* que o constituiu, interpelando-o constantemente. Quanto, então, à presença do sujeito na materialidade linguística (nas palavras), Pêcheux (1995, p. 63) continua ainda nos dizendo que em toda enunciação, ocorre, ao mesmo tempo, “o fato do sujeito ser o suporte de seu enunciado e o conjunto dos efeitos subjetivos (conteúdos psicológicos variados) subjacentes a esse enunciado”.

Esse fato, conseqüentemente, de conceber a existência do sujeito na materialidade linguística, consoante Pêcheux (1995, p. 63), evidencia que

o círculo ideológico sistema/sujeito-falante constitui o invariante das diferentes formas que “a Semântica” toma hoje. Isso explica, com efeito, que a Linguística atual conceba espontaneamente o campo da linguagem como distribuído sobre um eixo, cujos pólos seriam, respectivamente, o conjunto dos enunciados científicos, de um lado, e a conversação (ou linguagem cotidiana), de outro (PÊCHEUX, 1995, p. 63).

Ante essas constatações pecheutianas surge um motivo a mais para, quem sabe, começarmos a pensar no que o sujeito, que em nada foi observado em abordagens linguísticas de cunho estrutural, pode agora representar, *a priori*, para a Linguística e, *a posteriori*, para as ciências de um modo geral. Sobre isso, é sempre bom lembrar que as mudanças que daí decorrem não significavam, contudo, que Pêcheux tenha rechaçado o estruturalismo de Saussure – diferentemente, o seu projeto de AD, com esse olhar para o sujeito, nós dá entender que este e, também o sentido (ambos deixados de fora da pesquisa estruturalista) retornam às questões que tangem o estudo da língua(gem);

isso, certamente, sob ação da força da *determinação*¹² que o(s) (re)estabelece(m), tornando-os parte de materialidades linguísticas. Resumindo isso, nas palavras de Pêcheux, é certo imaginar, então, que

(...) no par língua/fala, o termo “fala” reage sobre o termo “língua” sobrecarregando sua sistematicidade própria (fonológica, morfológica e sintática) com a suposta sistematicidade extralinguística do pensamento como reflexo ou visão da “realidade”. O “sujeito da ciência” não está adiante. Essas observações podem, parece-nos, ser estendidas, nesse domínio, às pesquisas semânticas de Chomsky e sua escola, ainda que, como se sabe, a oposição língua/fala: de fato, os pressupostos que acabamos de examinar são os mesmos, como, aliás, o manifesta a convergência atual da semântica estrutural, inspirada, principalmente na Europa, no estruturalismo saussuriano, com a semântica gerativa, que constitui o desenvolvimento mais recente do chomskismo. (PÊCHEUX, 1995, p. 61)

Disso conclui-se que, a análise das proposições de Saussure empreendidas por Pêcheux constitui, de certa forma, um movimento de (re)interpretação e de tomada de posição diante daquilo que não fora interesse para a linguística estrutural, o sujeito e o sentido. Todavia, uma brecha para que o projeto pecheutiano fizesse valer seus propósitos, possivelmente, foi encontrada em Saussure:

Não reexaminaremos aqui a inversão na relação entre significação e valor, determinada pelo papel que Saussure atribui à fala, com respeito à “criação analógica”; lembraremos simplesmente a conclusão à qual chegamos: Saussure deixou aberta uma porta pela qual se infiltraram o formalismo e o subjetivismo; essa porta aberta é a concepção saussureana de que a ideia só poderia ser, em todo seu alcance, subjetiva, individual. (os grifos são do autor) (PÊCHEUX, 1995, p. 60).

Nesse sentido, com efeito, ratifica-se novamente a ideia defendida por Pêcheux (ideia essa que contou com os escritos de a *Gramática de Port-Royal*): a de que há sujeito operando sentidos nas materialidades linguísticas. Em se tratando dessa nova constatação que foi trazida para a pesquisa linguística, destacamos que foram, com certeza, os escritos de Arnauld & Lancelot (idem), do século XVII, quem convocaram M. Pêcheux a olhar melhor para tal questão. Acerca disso, não há porque não se empolgar dizendo que Pêcheux foi genial!

¹² A essa altura, depois de muito termos enfatizado em nosso estudo o elemento filosófico da *determinação*, acreditamos ser possível tratá-la enquanto uma restrição que determina toda a produção de sentidos, a subjetividade.

Disso tudo, diante de nossas manobras (ainda que incipientes) orientadas sob propósitos lógico-filosófico e linguísticos, à procura de argumentos que nos dessem provas de certa incursão pecheutiana em direção às descrições/problematizações de a *Gramática de Port-Royal*, enfatizamos, exclusivamente, que foi o *modo* com que Pêcheux leu os autores Arnauld & Lancelot quem lhe permitiu compreender melhor algo que, sem dúvida, constitui a lingua(gem): o sujeito.

REFERÊNCIAS

- ARNAULD, A. & LANCELOT, C “Do pronome chamado relativo”. In: **Gramática de Port Royal**. São Paulo: Martins Fontes. 2 ed. 2001. p. 60-69.
- ARNAULD, A. & LANCELOT, C “Dos casos e das preposições na medida em que é necessário falar delas para se entender alguns casos”. In: **Gramática de Port Royal**. São Paulo: Martins Fontes. 2 ed. 2001. p. 42-49.
- ARNAULD, A. & LANCELOT, C “Dos gêneros”. In: **Gramática de Port Royal**. São Paulo: Martins Fontes. 2 ed. 2001. p. 39.
- ARNAULD, A. & LANCELOT, C “Dos números singular e plural”. In: **Gramática de Port Royal**. São Paulo: Martins Fontes. 2 ed. 2001. p. 37-38.
- ARNAULD, A. & LANCELOT, C “Dos números singular e plural”. In: **Gramática de Port Royal**. São Paulo: Martins Fontes. 2 ed. 2001. p. 37-38.
- ARNAULD, A. & LANCELOT, C “Dos pronomes”. In: **Gramática de Port Royal**. São Paulo: Martins Fontes. 2 ed. 2001. p. 54-60.
- ARNAULD, A. & LANCELOT, C. “Dos nomes próprios e apelativos ou gerais”. In: **Gramática de Port Royal**. São Paulo: Martins Fontes. 2. ed. 2001. p. 36.
- CHOMSKY, N. **Linguística Cartesiana**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FOUCAULT, Michel. “*Dits et Écrits*”. In: ARNAULD, A. & LANCELOT, **Gramática de Port Royal**. Paris: Gallimard, 1994, v. I, p. 732-752.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso: da objetividade científica ao terreno fluído da interpretação. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral dos. (org.) **Análise do Discurso Unidade e Dispersão**, Uberlândia: EntreMeios, 2004.
- PÊCHEUX, M. “A forma-sujeito do discurso”. In: **Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. da UNICAMP. 2 ed. 1995. p. 41-63.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.